

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVIII

FLORIANÓPOLIS, 25 DE JULHO DE 2019

NÚMERO 7.480

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Maurício Eskudlark
Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Luiz Fernando Vampiro

BLOCO SOCIAL LIBERAL

Líder: Coronel Mocellin
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PL PSL

Maurício Eskudlark Ricardo Alba

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PSD PDT

Kennedy Nunes Paulinha

PSDB PSC

Vicente Caropreso Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins
Vice-Líder: José Milton Scheffer
Lideranças dos Partidos
que compõem o Bloco:

PP PSB

João Amin Nazareno Martins

PRB PV

Sergio Motta Ivan Naatz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
Ivan Naatz
João Amin
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark
Volnei Weber - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ricardo Alba

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber

Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto

Luiz Fernando Vampiro

Romildo Titon

Marcius Machado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ana Campagnolo

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVIII NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 065ª Sessão Ordinária realizada em 16/07/2019 2 Ata da 010ª Sessão Extraordinária realizada em 16/07/2019 5 Ata da 011ª Sessão Extraordinária realizada em 16/07/2019 6</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes 8 Extratos 11 Ofício 11 Portaria 12 Resolução 12</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 065ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2019

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sérgio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Julio Garcia
Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Saúda os Bombeiros, Policiais Militares e Agentes Socioeducativos presentes no Plenário, e agradece aos deputados Mauro de Nadal, Coronel Mocellin e Maurício Eskudlark, aos

funcionários da Casa e à Mesa Diretora pelo empenho na tramitação do Projeto de Lei que trata da prorrogação do contrato dos Agentes Socioeducativos que são ACTs. Enaltece o trabalho da categoria, dizendo que para o apenado ou interno não existe distinção entre agente concursado e ACT, todos representam o estado, e mesmo que parem de trabalhar na área, quando encontrarem um ex-detento na rua, serão reconhecidos como agentes, sem distinção. Destaca que os mesmos são cientes dos dissabores da função, e que foi realizada grande justiça pelo governo estadual em prolongar por mais dois anos suas atividades na função, pois se fossem dispensados ocorreria um colapso no sistema. Ressalta que os profissionais possuem nível superior e pós-graduação, e a lei considera a nova política de contenção de gastos.

Aproveita a oportunidade para convidar todos os presentes e parlamentares para o Festival de Dança em Joinville, considerado o maior festival de dança do mundo.

Finaliza, parabenizando os agentes ACTs de várias regiões do estado, que por diversas vezes estiveram na Alesc, na Secretaria de Estado da Casa Civil, na Secretaria de Administração Penitenciária e Socioeducativa, pela luta travada para que todos pudessem permanecer por mais tempo nos seus cargos, trabalhando no sistema penitenciário.

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Cumprimenta o deputado, dizendo que quando foi Secretária da Justiça e Cidadania também se conseguiu alongar o tempo do contrato dos Agentes Socioeducativos, porque se não tem concurso é preciso aproveitar os ACTs, que trabalham tanto quanto os concursados.

Deputado Coronel Mocellin (Aparteante) - Parabeniza as palavras do deputado, fala que a aprovação dos projetos é uma questão de justiça para a área Socioeducativa, também para os Policiais Militares e Bombeiros, pois agora é uma nova fase. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Cumprimenta os colegas da Segurança Pública presentes no Plenário. Discorre sobre projeto de lei que beneficia os cabos e sargentos, diz ser uma questão de justiça e espera a aprovação do mesmo para que todos tenham direito à promoção. Declara apoio e admiração aos agentes públicos.

Comenta projeto de lei do deputado Marcius Machado, que aumenta a idade máxima para realização do concurso da Polícia, o que considera justo, tendo em vista o aumento da longevidade dos cidadãos. Informa, ainda, que foi aprovado projeto de lei modificando a altura mínima permitida para policiais homens e mulheres ao fazer concurso público, salientando que pouco importa o tamanho do agente, mas sim a competência dedicada à profissão.

Deseja boas-vindas aos funcionários ACTs do Sistema Socioeducativo, profissão de alto risco devido à relação próxima com os condenados. Garante valorizar os concursados, mas acredita que os ACTs devem ter seus contratos prorrogados, pelo ótimo serviço que prestam à sociedade.

Afirma estar trabalhando, junto ao governo do estado, para que policiais e bombeiros tenham seu direito à lres, gratificação adicional ou abono para o Regime Especial de Trabalho do Policial Civil, e que a mesma seja mantida em situações de afastamento por necessidade e por questão de saúde. Saliencia que o direito à gratificação tem o apoio dos secretários e do governador Carlos Moisés.

Conclui, falando sobre a Reforma da Previdência, a qual considerou justa para a Segurança Pública. Defende a idade mínima diferenciada para a aposentadoria de policiais e demais agentes de segurança. Destaca o risco que o agente de segurança enfrenta, além de absorver o sofrimento das vítimas. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) - Cumprimenta os nobres colegas deputados, os policiais e agentes socioeducativos que se fazem presentes nas galerias da Casa para acompanhar a sessão, e acredita na aprovação do projeto que atende o pleito das categorias, na presente data.

Demonstra revolta com os atos de vandalismo que estão ocorrendo em Santa Catarina, mais precisamente em sua terra natal, Blumenau, que é uma cidade ordeira. Faz exibição de vídeo, mostrando a atuação dos policiais para impedir que jovens, que muitas vezes são filhos de pais com boas condições financeiras, cometam pichações em prédios públicos. Entende que o cidadão por pagar impostos merece órgãos e locais públicos em boas condições, e considera falta de respeito depredar o patrimônio público.

Por isso, conclama os munícipes a fiscalizar e denunciar quem pratica vandalismo contra o patrimônio público. Entende que boas maneiras, respeito, enfim, educação básica é responsabilidade dos pais, e cabe à escola dar a instrução, o conhecimento.

Deputada Ana Campagnolo (Aparteante) - Compartilha o sentimento de revolta do deputado, concordando com a aplicação de medidas corretivas.

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Defende que a cultura do amor deve começar na escola maternal e fundamental para haver menos violência. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Demonstra satisfação com o impedimento da fusão entre Eletrosul e CGTEE.

Apresenta uma série de acontecimentos no telão, em ordem cronológica, sobre a trajetória e medidas para evitar a fusão da Eletrosul, são elas: reuniões com sindicato, discursos nas sessões, inauguração e ações da Frente Parlamentar, reunião com o ministro Onyx Lorenzoni, reunião com o Ministério Público Federal e, por fim, o comunicado oficial anunciando a permanência da Eletrosul em Santa Catarina. Encerra o tema, informando que a luta continua para que a empresa se mantenha pública, argumentando que água e luz devem ser administradas pelo estado.

Como educadora e presidente da comissão de Educação, comunica com tristeza sobre os recursos cortados na Educação. Apresenta gráficos, comparando dados sobre os investimentos federais para bolsas, construção de creches, e destaca que para escolas integrais não houve investimento neste ano. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Traz à tribuna uma notícia preocupante anunciada pelo Ministério da Saúde, e exibida nos meios de comunicação, suspendendo 19 contratos de fabricantes de medicamentos de distribuição gratuita para portadores de câncer, diabetes e transplantes. Acrescenta que tal medida afetará mais de 30 milhões de pacientes no país, laboratórios públicos e oito detentores de tecnologia, considerando um retrocesso para o Brasil, prejuízo aos brasileiros, e indaga de quem é o interesse e por quê?

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Concorda com o deputado em relação ao prejuízo dos laboratórios, e acrescenta que a preocupação maior deve-se ao aumento de mortes provenientes da edição da referida medida, além de representar um retrocesso da Medicina e do Ministério da Saúde, e sugere às bancadas estaduais, federais e ao Senado a rejeição da edição do novo procedimento. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: PSL

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Repercuta a Moção nº 0334/2019, de sua autoria, em homenagem aos policiais militares Gerson Furtado Pereira e Christian da Silva Chiappeta, do 1º Batalhão de Itajaí, que, em ato de bravura, salvaram uma criança engasgada e desacordada, usando a técnica Heimlich de primeiros socorros em casos de emergência, e parabeniza os referidos policiais por relevante ação. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: PV

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Comenta sobre a votação da PEC que suspende a cobrança de pedágios urbanos no estado, que acontecerá na sessão de quarta-feira, ressaltando que o Art. 128 da Constituição do Estado já proíbe a cobrança de qualquer espécie de pedágio em Santa Catarina, exceto os rodoviários. Também cita que a PEC simplesmente acrescenta a expressão: fica vetada a cobrança de pedágios urbanos de qualquer natureza.

Elenca municípios que abriram licitação, ou já têm licitação, ou mesmo que pretendem abrir para a cobrança da TPA, sendo eles Antônio Carlos, Celso Ramos, São Francisco do Sul, Laguna e mais recentemente Itapoa, isto é, pretendem instituir o pedágio urbano. Alerta que, quanto a essa cobrança, o Ministério Público diz que é inconstitucional, porque fere os princípios da livre locomoção entre as pessoas e da isonomia, pois quem lá reside não paga.

Diz que, ao votar a admissibilidade da PEC, pretende fazer um debate democrático do processo com a sociedade, que vai manifestar se quer a continuidade de tal taxa. Também demonstra surpresa com a presença de secretários pela Casa, pedindo para votar, rejeitar ou arquivar uma PEC, e acredita que o governador não deve saber que isto está acontecendo, pois a pauta não é do governo.

Sobre essa cobrança, traz a opinião do empresário catarinense Luciano Hang, que considera a taxa flagrantemente abusiva. O presidente Bolsonaro também pediu nas suas redes sociais que as pessoas denunciem práticas de cobrança de pedágios no Brasil, fazendo crítica às taxas ambientais em Fernando de Noronha e dizendo que o governo federal fará um enfrentamento a esta pauta, pois considera que isso afugenta o turista.

Apresenta pesquisa da Câmara de Vereadores de Bombinhas, onde a TPA é cobrada, quando 3.100 pessoas votaram, no site da Câmara, e 78% são contra a taxa. Pede que essas pessoas sejam ouvidas com o

trâmite normal da PEC. Ressalta, ainda, que esta pauta é sua e já estava em sua campanha, e apela aos deputados para que votem pela tramitação da matéria, e assim o assunto possa ser discutido com mais profundidade. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: PDT

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Destaca que haverá uma importante votação na presente data, e exibe vídeo, apresentando os benefícios que a Taxa de Preservação Ambiental trouxe para a cidade de Bombinhas. Argumenta que a aprovação da TPA pelos visitantes é de 89,62%, e pelos moradores é de 97,08%. Acrescenta que, no primeiro ano da TPA, a criminalidade reduziu em 43,7%. Comenta que os Órgãos de Segurança Pública apoiam a TPA, e cita dados favoráveis de investimentos no setor da saúde e saneamento básico.

Por fim, tece críticas ao deputado Ivan Naatz por apresentar dados que não são verdadeiros, desqualificando a TPA implementada em Bombinhas. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Parabeniza a empresa Weg, que foi premiada pela 8ª vez como a Grande Empresa Catarinense da Indústria, e também o amigo e presidente da empresa, Harry Schmelzer Júnior, que foi eleito o empresário destaque na indústria pelo terceiro ano consecutivo.

Comenta que a cidade de Jaraguá do Sul tem um diferencial importante, com a participação da classe empresarial no desenvolvimento de vários setores no dia a dia da comunidade. Diz que como médico, desde 1984, na cidade, e são quase 35 anos, acompanha a participação decisiva dentro dos conselhos de administração dos hospitais filantrópicos do município, que não ganham nada do governo, vivem de promoções e da solidariedade de pessoas anônimas. Informa que, após o recesso, a Alesc irá homenagear as pessoas que mais se destacaram nos movimentos voluntários nos hospitais públicos. Ressalta o exemplo de várias empresas no estado, destacando a presença de muitos voluntários que fazem todo tipo de trabalho nos hospitais da comunidade. Cita o exemplo do sr. Pedro Donini, que cedeu a sua casa como apoio para pessoas que vêm de fora e não têm condições de pagar um lugar para ficar, enquanto acompanham o seu parente que está em tratamento de saúde. Acrescenta que estas pessoas anônimas dão o coração, a sua vida, e merecem ser lembradas pelo seu trabalho.

Conclui, convidando todos os presentes e os deputados para participarem do evento que será realizado em agosto, pois elas merecem um abraço e o reconhecimento da sociedade. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: MDB

DEPUTADO VOLNEI WEBER (Orador) - Discorre sobre a segurança pública e os problemas referentes ao tema, como deficiência na quantidade do efetivo, da frota de veículos e equipamentos, peças fundamentais para a realização de um bom trabalho.

Registra que se reuniu com o secretário da Segurança pública, Coronel Araújo Gomes, a quem apresentou proposta pela implantação do Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. Conta que a ideia pretende criar a possibilidade da conjugação de esforços do setor público e privado em favor do aparelhamento da Segurança Pública, tendo como foco a aquisição de armamentos, coletes balísticos, capacetes, materiais para resgates, radiocomunicadores, câmeras e centrais de videomonitoramento. Destaca que a sua

proposta vai incentivar a criação de um banco de projetos ligados à área, que devem ser agregados nos comandos regionais e guarnições especiais, e somente após a aprovação dos colegiados passem a fazer parte dos planos passíveis de serem colocados em prática.

Salienta que onde há segurança crescem os investimentos, a comunidade vive melhor e os índices de educação e saúde melhoram, por consequência há redução também da criminalidade. Afirma que investir em segurança da forma que está propondo, com projetos escolhidos pela sociedade, é uma boa ideia sob todos os ângulos. Ressalta que o seu projeto impede que empresários escolham determinada ação em benefício próprio, pois valerão apenas para proposições de interesse amplo da comunidade. Conclui, solicitando apoio aos colegas parlamentares. [Taquígrafa: Ana Maria]

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) -
Dá início à pauta da Ordem do Dia.

A Presidência consulta os senhores líderes da possibilidade de inverter a pauta, em respeito às pessoas que visitam a Alesc e interessadas nos PLCs n.s: 11/2019 e 19/2019. (As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0011/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, que altera a Lei Complementar nº 587, de 2013, que dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	abst
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADA MARLENE FENGLER	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO RICARDO ALBA	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim

DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 31 votos "sim", nenhum voto "não" e uma abstenção.

Está aprovado o projeto em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0019/2019, de origem do governador do estado, que altera a Lei Complementar nº 318, de 2006, que dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Coronel Mocellin, Maurício Eskudlark, Sargento Lima, Felipe Estevão, Dr. Vicente Caropreso, Paulinha, Neodi Saretta, Ivan Naatz, Valdir Cobalchini, Ismael dos Santos, Ricardo Alba, Nilso Berlanda, Ada De Luca e Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADA MARLENE FENGLER	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO RICARDO ALBA	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 34 srs. deputados.

Temos 34 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado o projeto.

Também, invertendo a pauta, em respeito àquelas pessoas que vieram prestigiar a nossa sessão, vamos colocar agora em votação o PL n. 0145/2019.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0145/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que proíbe a exploração do mineral denominado xisto no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e energia; e de Turismo e Meio Ambiente.

A votação será na forma do substitutivo global de fls. 73 do projeto.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Fabiano da Luz.

Em votação.

Encaminharam a votação os srs. deputados: Valdir Cobalchini, Ricardo Alba, Luciane Carminatti, Dr. Vicente Caropreso, Sargento Lima, Paulinha, Ismael dos Santos, Laércio Schuster, Felipe Estevão, Padre Pedro Baldissera, Jair Miotto, Bruno Souza e Ada De Luca.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO BRUNO SOUZA	não
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	não
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	abst
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADA MARLENE FENGLER	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO RICARDO ALBA	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 34 srs. deputados.

Temos 31 votos "sim", dois votos "não" e uma abstenção.

Está aprovada matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0209/2019, de autoria do governador do estado, que altera o art. 4º da Lei Complementar nº 260, de 2004, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 21, § 2º, da Constituição do Estado de

Santa Catarina, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Encaminhou a votação da presente matéria o sr. deputado Coronel Mocelin.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - "Senhores deputados, nós temos ainda votação em segundo turno de Projetos de Lei Complementar. Por isso, peço a atenção e a permanência de todos para adiantar a Ordem do Dia de hoje, e amanhã possamos dar cabo à nossa pauta."

Continua em votação.

Na sequência, encaminharam a votação da matéria os srs. deputados Neodi Saretta, Maurício Eskudlark, Dr. Vicente Caropreso, Sargento Lima e Ada De Luca.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO IVAN NAATZ

DEPUTADO JAIR MIOTTO

DEPUTADO JERRY COMPER

DEPUTADO JESSÉ LOPES

DEPUTADO JOÃO AMIN

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO

DEPUTADO MARCIUS MACHADO

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADA MARLENE FENGLER

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL

DEPUTADO MILTON HOBUS

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NAZARENO MARTINS

DEPUTADO NEODI SARETTA

DEPUTADO NILSO BERLANDA

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADA PAULINHA

DEPUTADO RICARDO ALBA

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO LIMA

DEPUTADO SERGIO MOTTA

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

DEPUTADO VOLNEI WEBER

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 29 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0224/2019, de autoria da

Comissão de Constituição e Justiça, que altera o anexo único da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do estado de Santa Catarina", para alterar a denominação do Instituto de Audição e Terapia da Linguagem, para Instituto de Audição, Terapias Integrativas e da Linguagem (IATEL), de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0294/2017, de autoria do deputado Milton Hobus, que dispõe sobre o dever de informação ao consumidor acerca do direito de arrependimento, nos casos em que a contratação do fornecimento de produtos ou serviços é realizada fora do estabelecimento comercial.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Direitos Humanos; e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

A pedido do autor, a matéria foi retirada da pauta.

A Presidência, para permitir a votação em segundo turno dos PLCs votados anteriormente, encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para às 16h56, dando prosseguimento à pauta da Ordem do Dia. [Taquígrafa: Elzamar] [Revisão: Taquígrafa Sara].

ATA DA 010ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2019

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h56, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sérgio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia
DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0011/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, que altera a Lei Complementar nº 587, de 2013, que dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA

DEPUTADO ALTAIR SILVA

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO

DEPUTADO BRUNO SOUZA

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO

DEPUTADO FABIANO DA LUZ

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO

DEPUTADO FERNANDO KRELLING

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO IVAN NAATZ

DEPUTADO JAIR MIOTTO

DEPUTADO JERRY COMPER

DEPUTADO JESSÉ LOPES

DEPUTADO JOÃO AMIN

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO

DEPUTADO MARCIUS MACHADO

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADA MARLENE FENGLER

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL

DEPUTADO MILTON HOBUS

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NAZARENO MARTINS

DEPUTADO NEODI SARETTA

DEPUTADO NILSO BERLANDA

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADA PAULINHA

DEPUTADO RICARDO ALBA

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO LIMA

DEPUTADO SERGIO MOTTA

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

DEPUTADO VOLNEI WEBER

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 26 votos "sim", nenhum voto "não" e uma abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0019/2019, de origem do governador do estado, que altera a Lei Complementar nº 318, de 2006, que dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA

sim

DEPUTADO ALTAIR SILVA

sim

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO

sim

DEPUTADO BRUNO SOUZA

sim

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN

sim

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO

sim

DEPUTADO FABIANO DA LUZ

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO

DEPUTADO FERNANDO KRELLING

sim

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

sim

DEPUTADO IVAN NAATZ

sim

DEPUTADO JAIR MIOTTO

sim

DEPUTADO JERRY COMPER

sim

DEPUTADO JESSÉ LOPES

sim

DEPUTADO JOÃO AMIN

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO

sim

DEPUTADO MARCIUS MACHADO

sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

sim

DEPUTADA MARLENE FENGLER

sim

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL

sim

DEPUTADO MILTON HOBUS

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

sim

DEPUTADO NAZARENO MARTINS

sim

DEPUTADO NEODI SARETTA

sim

DEPUTADO NILSO BERLANDA

sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

sim

DEPUTADA PAULINHA

DEPUTADO RICARDO ALBA

sim

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO

sim

DEPUTADO ROMILDO TITON

sim

DEPUTADO SARGENTO LIMA

sim

DEPUTADO SERGIO MOTTA

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

DEPUTADO VOLNEI WEBER

sim

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 26 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

O sr. presidente da sessão, deputado Julio Garcia, acatou a manifestação dos deputados Maurício Eskudlark e Valdir Cobalchini, que retificaram seus votos, sendo favoráveis, fora do sistema eletrônico de votação, totalizando 28 votos, sendo 28 favoráveis ao projeto e "zero" contrários ao projeto.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para às 16h59, dando prosseguimento à pauta da Ordem do Dia. [Taquígrafa: Sílvia] [Revisão: Taquígrafa Sara].

ATA DA 011ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2019

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h59, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopesa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sérgio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) -
 Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) -
 Dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0209/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0224/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0145/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0011/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0019/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada. [Taquígrafa: Sílvia]

Pedido de Informação n. 0317/2019, de autoria da deputada Paulinha, solicitando ao secretário da Administração Prisional e Socioeducativa informações acerca do acesso a materiais de higiene íntima, como absorventes, pelas mulheres que se encontram reclusas sob a tutela do estado em presídios, penitenciárias e casas de abrigo socioeducativas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0318/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling, solicitando ao secretário da Saúde informações acerca do atraso no cronograma e do repasse de recursos financeiros provenientes da Fonte 100, para o exercício financeiro 2019, destinados ao Hospital de Caridade São Braz, do município de Porto União.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0319/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling, solicitando ao secretário da Infraestrutura e Mobilidade informações acerca da realização das obras de manutenção da pavimentação asfáltica e de sinalização de trânsito, ambas nas Rodovias SC-135 e SC-340, trecho que liga os municípios de Porto União a Caçador.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0320/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling, solicitando ao secretário da Infraestrutura e Mobilidade informações acerca das obras de revitalização da pavimentação asfáltica, bem como das melhorias na sinalização de trânsito da Rodovia SC-281, no município de São Pedro de Alcântara.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0321/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta, solicitando ao secretário de estado da Casa Civil, informações acerca de estudos de impacto de implantação de barragens, bem como sobre a implantação das Barragens UHE IRAI projetada no rio Uruguai e UHE Águas de Chapecó, projetada no rio Chapecó.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de Informação n. 0322/2019, de autoria do deputado Jair Miotto, solicitando ao secretário de estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, informações acerca do Centro de Inovação Tecnológica que está sendo construído no município de Chapecó.

Em discussão.
Discutiu a presente matéria o sr. deputado Jair Miotto.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Moção n. 0333/2019, de autoria da deputada Luciane Carminatti, manifestando ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Imaruí, apoio à luta dos trabalhadores do serviço público municipal e apela pela imediata retomada das negociações envidando esforços para atender a pauta de reivindicações da categoria.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0334/2019, de autoria da deputada Ana Campagnolo, manifestando aplausos aos soldados PM Gerson Furtado Pereira e Christian da Silva Chiappeta por ato de bravura ao salvar uma criança engasgada e desacordada em Itajaí.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0335/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, apelando ao presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária, que seja estabelecida uma alíquota fixa de ICMS em todo país, a fim de acabar com a guerra fiscal entre os estados.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0336/2019, de autoria da deputada Ana Campagnolo, apelando ao Fórum Parlamentar Catarinense, para que interceda junto ao Governo Federal e ao Exército Brasileiro afim de que seja firmado convênio com o estado de Santa Catarina para execução de obras de construção asfáltica nas rodovias SC-150 e 390, trecho que liga as cidades de Capinzal à Piratuba, conforme moção recebida da Câmara de Vereadores de Capinzal.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção n. 0337/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, apelando ao superintendente do DNIT, pela instalação de uma lombada eletrônica ou física, no Km 244 da Rodovia BR-282, próximo à entrada do Cedup Caetano Costa, no município de São José do Cerrito.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento n. 0814/2019, de autoria do deputado Kennedy Nunes, solicitando aos superintendentes do DNIT e da Polícia Rodoviária Federal informações acerca da data da construção/liberação da rotatória de conversão situada na Rodovia BR-280, km 24,7, no município de Araquari, nas proximidades do Fórum de Araquari, sentido Joinville-São Francisco do Sul.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento n. 0821/2019, de autoria do deputado Fernando Krelling, solicitando ao diretor presidente da Celesc informações acerca das medidas administrativas que estão sendo adotadas com vistas a reduzir as recorrentes interrupções no fornecimento de energia elétrica na região do Distrito Industrial do município de Porto União.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento n. 0830/2019, de autoria do deputado Sargento Lima, solicitando ao presidente da SCPar Porto de São Francisco do Sul, informações acerca da contratação de guardas portuários por intermédio de uma empresa prestadora de serviços.

Em discussão.
(Pausa)
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento n. 0838/2019, de autoria do deputado Jair Miotto, solicitando ao presidente do Instituto do meio Ambiente de Santa Catarina, informações acerca da existência ou previsão de programa do governo catarinense que vise incentivar o uso de energia renovável, especialmente energia solar.

Em discussão.
Discutiu a presente matéria o sr. deputado Jair Miotto.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0815/2019 e 0831/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda; 0816/2019 e 0822/2019, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0817/2019, 0818/2019, 0819/2019, 0820/2019 e 0823/2019, de autoria do deputado Felipe Estevão; 0824/2019 e 0825/2019, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0826/2019 e 0827/2019, de autoria do deputado Jerry Comper; 0828/2019 e 0829/2019, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0832/2019, 0833/2019, 0834/2019, 0835/2019 e 0836/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0837/2019, de autoria do deputado Pe. Pedro Baldissera; 0839/2019, de autoria do deputado Jair Miotto; e 0840/2019, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0974/2019 e 0987/2019, de autoria do deputado Nilso Berlanda; 0975/2019 e 0976/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 0977/2019, de autoria do deputado Jessé Lopes; 0978/2019, de autoria da deputada Paulinha; 0979/2019, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0980/2019, de autoria do deputado Jerry Comper; 0981/2019 e 0982/2019, de autoria do deputado Sargento Lima; 0983/2019 e 0984/2019, de autoria da deputada Ana Campagnolo; 0985/2019 e 0986/2019, de autoria do deputado Marcius Machado; 0988/2019, 0989/2019, 0990/2019, 0991/2019 e 0992/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Finda à pauta da Ordem do Dia.

A Presidência, antes de passar ao horário destinado à Explicação Pessoal, comunica que a sessão de amanhã terá início à hora regimental, às 9h, será suprimido o horário dos Partidos Políticos e a Ordem do Dia se iniciará às 10h. Assim, pede que os líderes comuniquem aos srs. deputados. Portanto, às 10h, será a Ordem do Dia para votar os projetos que versam sobre incentivos fiscais e outros projetos, de acordo com o que foi deliberado pelos líderes na reunião realizada hoje.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) -
Passa ao horário destinado à Explicação Pessoal e, não havendo oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, às 9h. [Taquígrafa: *Elzamar*] [Revisão: *Taquígrafa Sara*].

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos oito dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às onze horas e trinta minutos, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do senhor Deputado José Milton Scheffer, com amparo nos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Agricultura e Política Rural, referente à 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes Deputados: Deputado José Milton Scheffer, Deputada Marlene Fengler, Deputado Neodi Saretta, Deputado Coronel Mocellin, Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Volnei Weber e justificada a ausência do Deputado Marcos Vieira. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a reunião, agradeceu a presença de todos e submeteu à apreciação a Ata da 1ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o senhor Presidente fez leitura de Memorando nº 0021/19/DG da Diretoria Geral desta Casa, solicitando um representante da Assembleia Legislativa junto ao Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos. Sugeriu a indicação do Deputado Moacir Sopelsa como Titular e como Suplente o Engenheiro Agrônomo Gilmar Germano Jacobowski - Assessor de Comissão Permanente, que, posto em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o senhor Presidente passou a palavra para a senhora Deputada Marlene Fengler que relatou a proposição PL./0135.4/2016, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de beneficiamento e comércio de laticínios, no âmbito do Estado de Santa Catarina, informarem aos produtores de leite, na ocasião do pagamento, o valor mínimo a ser pago pelo litro de leite no mês subsequente, requerendo diligência para a Secretaria de Estado da Agricultura e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o senhor Presidente fez leitura de requerimento, de autoria da senhora Deputada Marlene Fengler, solicitando que seja convocado/convidado o Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca do Estado de Santa Catarina para esclarecer os riscos que o Estado de Santa Catarina poderá enfrentar com relação às Certificações Internacionais de zona livre de febre aftosa sem vacinação em se confirmando a suspensão de vacinação do rebanho do estado vizinho do Paraná para a próxima reunião desta Comissão, que posto em discussão, o senhor Presidente sugeriu a extensão do convite à Presidência da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que, posto em votação foi aprovado o requerimento com a inclusão sugerida pelo Presidente. Na sequência, o senhor Presidente apresentou extrapauta a apreciação de Moção que apela ao Governador do Estado pela manutenção do Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia (Ciram), bem como de todos os seus empregados, junto à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) que, posto em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o senhor Presidente fez apelo de apoio desta Comissão acerca de Emenda Modificativa ao PL./0029.3/2019, de autoria do Governo do Estado, que altera a Lei nº 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e estabelece outras providências. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e convidados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, secretária da Comissão, Michelli Burigo Coan da Luz, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado José Milton Scheffer

Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural

* * *

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos dois dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se na sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, os Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Deputada Paulinha, Deputado Ivan Naatz, Deputado Luiz Fernando Vampiro, Deputado Maurício Eskudlark, Deputado Milton Hobus, Deputado Coronel Mocellin, Deputado Fabiano da Luz e Deputado Silvio Dreveck substituindo o Deputado João Amin conforme Ofício Interno nº 0018/2019. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da 15ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. Na sequência, iniciando a ordem do dia, o Presidente abriu a palavra aos membros, obedecendo à ordem de chegada, para discussão de matérias. A senhora Deputada Paulinha apresentou as seguintes matérias: PL./0040.9/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que "Disciplina o horário de ligações por empresas de cobrança, 'telemarketing', bancos ou afins, através de 'sms', 'whatsapp', ligação telefônica ou qualquer outro meio eletrônico". Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global que, posto em discussão foi concedida vista em gabinete ao Deputado Ivan Naatz; PL./0175.1/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que "Dispõe sobre a exigência pelos cartórios e tabelionatos de laudo oficial de vistoria de transferência para comercialização de veículos usados e seminovos no ato da autenticação de assinatura no Estado de Santa Catarina." Requereu diligência ao Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Santa Catarina, à Associação dos Notários e Registradores de Santa Catarina e ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. O senhor Deputado Ivan Naatz apresentou as seguintes matérias: PL./0045.3/2019 de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que "Institui a isenção da taxa para obtenção de carteira nacional de habilitação para pessoas de baixa renda, e dá outras providências". Devolveu voto vista com parecer pela rejeição da matéria e, posta em discussão e votação a matéria, foi rejeitada por maioria o parecer do relator Deputado Fabiano da Luz pela aprovação da matéria e, aprovado por maioria o voto vista do Deputado Ivan Naatz pela rejeição da matéria, com voto contrário do Deputado Fabiano da Luz; PLC./0014.2/2019 de autoria do TJSC que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 339 de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina e da Lei Complementar nº 414, de 2008, que transforma, cria e extingue cargos do Quadro da Magistratura." Exarou parecer favorável que, posto em discussão foi concedida vista em gabinete ao Deputado Luiz Fernando Vampiro e à Deputada Paulinha; PL./0068.0/2019 de autoria do Deputado Nilson Berlanda que altera a Lei nº 14.361, de 2008, que "Estabelece a política de apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar de SC". Exarou parecer favorável que, posto em discussão foi concedida vista em gabinete ao Deputado Fabiano da Luz; PL./0153.6/2019 de autoria do Deputado Kennedy Nunes "Dispõe sobre o monitoramento eletrônico de agente de violência doméstica e familiar contra a mulher, seus familiares ou testemunhas, no âmbito do Estado de Santa Catarina." Exarou parecer contrário que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0167.1/2019 de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro que "Dispõe sobre o dever de disponibilização de histórico de preços dos produtos ou serviços em promoção ou liquidação aos consumidores". Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi concedida vista em gabinete ao Deputado Fabiano da Luz; O senhor Deputado Luiz Fernando Vampiro apresentou as seguintes matérias: PL./0033.0/2019, de autoria do Deputado João Amin, que "Dispõe sobre a aquisição, por restaurantes e estabelecimentos congêneres, de pescado fresco diretamente dos pescadores artesanais e aquicultores". Requereu diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil, e por meio desta à Vigilância Sanitária, à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina e, à Associação Catarinense de Bares e Restaurantes; PL./0006.7/2019, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que "Dispõe sobre a aquisição da maçã produzida pela agricultura familiar, economia popular solidária e pelos empreendimentos familiares rurais do Estado de Santa

Catarina para a sua inclusão na merenda escolar da Rede Estadual de Ensino”. Requereu diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil e por meio desta, à Secretaria de Estado da Educação e, à Federação da Agricultura Familiar que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PEC/0002.0/2019, de autoria do Deputado Milton Hobus e Outros, que “Acrescenta inciso XVI ao art. 39 da Constituição do Estado, para submeter à homologação da Assembleia Legislativa os projetos de parcerias público-privadas deliberadas pelo Chefe do Poder Executivo, bem assim como as concessões a que se refere o art. 8º, todos da Constituição do Estado”. Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação foi aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado Maurício Eskudlark; OF./0276.1/2016, de autoria de Entidade Social que “Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública o Floresta Futebol Clube, de Joinville”. Requereu diligência à Entidade Social que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; OF./0121.5/2017, de autoria de Entidade Social que “Solicita a alteração da Lei que declarou de utilidade pública a Sociedade Tubaronense de Amparo aos Necessitados, de Tubarão”. Requereu diligência à Entidade Social que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; OF./0106.6/2019, de autoria de Entidade Social que “Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Cristã, de São Francisco do Sul”. Requereu diligência à Entidade Social que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. O senhor Deputado Maurício Eskudlark apresentou as seguintes matérias: PL./0127.4/2019, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que “dispõe sobre o dever de instituir sistema permanente de videomonitoramento em asilos, casas de repouso e similares no Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0169.3/2019, de autoria do Deputado Ricardo Alba, que “Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças portadoras de deficiência em locais públicos e privados de lazer estabelecidos no Estado de Santa Catarina”. Requereu Diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil e por meio desta, à Secretaria de Estado de Assistência Social Trabalho e Habitação, à Secretaria de Estado da Educação e, à Federação Catarinense de Municípios que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./0131.0/2018, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que altera a Lei nº 12.854, de 2003, que “Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão foi concedida vista em gabinete ao Deputado Fabiano da Luz. O senhor Deputado Coronel Mocellin apresentou a matéria PL./0378.0/2017, de autoria do Deputado Silvio Dreveck e outros, que altera a Lei nº 15.435, de 2011, que “Dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, institui a Carta Estadual de Serviços ao Cidadão e adota outras providências, para incluir a dispensa da autenticação de cópia de documentos expedidos no País”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado João Amin, representado pelo senhor Deputado Silvio Dreveck, apresentou as seguintes matérias: PL./0161.6/2019, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, que Institui o Dia das torcidas organizadas de futebol no Estado de Santa Catarina. Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; OF./0185.0/2019, de autoria da Entidade Social, que solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública a Associação Catarinense de Futsal, de Florianópolis. Requereu diligência à Entidade Social que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./0047.5/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que “Determina a implantação de dispositivo eletrônico de segurança preventiva, conhecido como ‘botão de pânico’, nas unidades escolares da rede estadual de ensino”. Exarou parecer pela rejeição da matéria que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Matérias extrapauta: o senhor Deputado Fabiano da Luz apresentou extrapauta a matéria PL./0112.8/2019, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que “Institui o programa Santa Catarina Digital”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão foi concedida vista em gabinete ao Deputado Ivan Naatz. Na sequência o senhor Presidente apresentou a matéria PL./0121.9/2019, de autoria do Deputado Jerry Comper, que “Dispõe sobre a proibição do corte no fornecimento dos serviços públicos de energia elétrica, água e gás, por motivo de inadimplência, em dias específicos, no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências”. Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida fez a leitura do parecer proferido no OF./0586.1/2017, de

autoria de Entidade Social, que solicita a alteração da Lei que declarou de utilidade pública a Sociedade Amigos de Brusque. Posta em discussão e votação a matéria, o parecer do Deputado João Amin pela aprovação da matéria, com apresentação do respectivo projeto de lei, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convocou a próxima reunião para o dia e horário de costume, agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual eu, Lyvia Mendes Corrêa, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 2 de julho de 2019.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos nove dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se na sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sob a Presidência do Senhor Deputado Romildo Titon, os Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Deputado Luiz Fernando Vampiro, Deputado Bruno Souza substituindo o Deputado João Amin conforme Ofício Interno nº 020/2019, Deputado Ivan Naatz, Deputado Coronel Mocellin, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Milton Hobus, Deputado Maurício Eskudlark e Deputada Marlene Fengler substituindo a Deputada Paulinha conforme Ofício Interno nº 0237/2019. Havendo quorum regimental, o senhor Presidente abriu os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da 16ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o senhor Deputado Luiz Fernando Vampiro pediu a palavra ao Presidente, o que foi concedido, e, estando com vista do PLC./0014.2/2019 de autoria do TJSC que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 339 de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina e da Lei Complementar nº 414, de 2008, que transforma, cria e extingue cargos do Quadro da Magistratura”, mencionou sua intenção de promover reunião com os representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público do Estado de Santa Catarina e Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina com o objetivo de esclarecer dúvidas e ampliar o debate acerca do referido projeto de lei complementar. Sugeriu que a referida reunião fosse realizada no dia dez de julho, às 14h, na sala de reunião das comissões, o que foi acolhido pelo Presidente e contou com manifestação favorável dos demais membros presentes. Na sequência, em atenção ao Expediente, o Presidente fez a comunicação das matérias distribuídas aos relatores, e em seguida deu-se início à Ordem do Dia obedecendo à sequência de chegada dos membros. O senhor Deputado Luiz Fernando Vampiro apresentou as seguintes matérias: PL./0093.0/2018, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que “Institui a certificação para Entidades de Práticas Desportivas Formadoras de Atletas, com base na Lei federal nº 9.615, 1998 e adota outras providências”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0063.5/2015, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que “Dispõe sobre o registro das declarações de bem e o controle da variação patrimonial e de sinais de enriquecimento ilícito por agente público no exercício de cargo ou emprego público estadual.” Requereu diligência ao Tribunal de Contas do Estado, à Controladoria Geral do Estado e à Secretaria Executiva de Integridade através da Secretaria de Estado da Casa Civil, que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade. O senhor Deputado Bruno Souza, representando o Deputado João Amin, apresentou as seguintes matérias: PL./0281.2/2016, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que “Institui regra de acessibilidade com a obrigatoriedade de exibição de legendas na reprodução de filmes nas salas de cinema do Estado de Santa Catarina e adota outras providências”. Exarou parecer contrário que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0130.0/2019, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que “Institui o Programa Veículo Legal, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências”. Requereu diligência à Secretaria de Estado da Segurança Pública, à Procuradoria Geral do Estado, ao Departamento Estadual de Trânsito e à Polícia Militar de Santa Catarina que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; OF./0024.5/2018, de autoria de Entidade Social, que “Solicita a alteração da Lei que declarou de utilidade pública o Instituto de Audição e Terapia da Linguagem, de

Florianópolis”. Exarou parecer pela tramitação do Ofício na forma de Projeto de Lei que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Ivan Naatz apresentou as seguintes matérias: PL./0074.8/2018, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto que “Cria o Programa Pratas da Casa, de estímulo à divulgação de experiências exitosas de egressos do ensino médio e técnico-profissionalizante no Estado de Santa Catarina.” Exarou parecer contrário que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0108.1/2019, de autoria do Deputado Jerry Comper que “Dispõe sobre o atendimento prioritário à pessoa com fibromialgia nos estabelecimentos públicos e privados no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências”. Exarou parecer contrário que, posto em discussão e votação foi aprovado por maioria com voto contrário do Deputado Fabiano da Luz; PL./0164.9/2019, de autoria do Deputado Felipe Estevão que “Dispõe sobre o Código Estadual de Proteção aos Animais Domésticos”. Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Coronel Mocellin apresentou as seguintes matérias: PLC/0019.7/2019, de autoria do Governador do Estado, que “Altera a Lei Complementar nº 318, de 2006, que dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0209.5/2019, de autoria do Governador do Estado, que “Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 260, de 2004, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 21, § 2º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências”. Exarou parecer favorável com emenda aditiva que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Fabiano da Luz apresentou as seguintes matérias: PL./0077.0/2019, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, que “Dispõe sobre a proibição de fabricação e comercialização de protetores solares com substâncias químicas tóxicas para recifes e corais”. Requereu diligência à Agência Nacional de Vigilância Sanitária e ao Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de Santa Catarina que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PL./0162.7/2019, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que “Institui o dia 30 de julho como o dia do Pastor Evangélico, no Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Milton Hobus devolveu vista ao PLC/0001.8/2019, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Altera o inciso VII do Art. 2º da Lei Complementar nº 587, de 2013, que dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece providências”, apresentando emenda modificativa; Posta em discussão e votação a matéria, o relator Deputado Maurício Eskudlark, manifestou-se favorável à emenda modificativa proposta, sendo aprovado por unanimidade o parecer do Relator, Deputado Maurício Eskudlark, com a emenda modificativa apresentada pelo Deputado Milton Hobus; PL./0001.2/2016, de autoria do Deputado Mauricio Eskudlark que, “Altera a Lei nº 7.543, de 1988, que institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), e estabelece benefício no campo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para o fim de isentar os representantes comerciais e os corretores de imóveis do pagamento do IPVA e do ICMS, incidente sobre veículos”. Requereu encaminhamento ao Primeiro Secretário a fim de autorizar a tramitação conjunta desta matéria ao PL./534.4/2015 e posterior remessa à Comissão de Finanças e Tributação. Posto em discussão e votação ao requerimento, este foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Maurício Eskudlark apresentou as seguintes matérias: MSV/00110/2019, de autoria do Governo do Estado, que dispõe sobre o “Veto total ao PL 475/17, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que regulamenta o art. 62, § 1º, da Constituição do Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer pela manutenção do veto que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0090.8/2019, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que “Dispõe sobre obrigatoriedade de a empresa contratada pela administração pública estadual apresentar relação contendo o nome de todos os sócios”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida o senhor Presidente Romildo Titon colocou em votação o PL./0053.3/2019, de autoria do Deputado Laércio Schuster, que “Revoga a Lei nº 15.596, de 2011, que dispõe sobre a alienação

de participação acionária minoritária na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), e estabelece outras providências.” Que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o parecer favorável do relator Deputado Ivan Naatz. Em seguida apresentou as seguintes matérias: CON/0001.6/2019, de autoria do Deputado Bruno Souza, que trata de “Questão de ordem buscando esclarecimentos acerca do cumprimento do art. 115 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina”. Requereu diligência interna ao autor da matéria que, posta em discussão e votação foi aprovada por unanimidade; PLC/0018.6/2019, de autoria do Ministério Público do Estado, que “Reajusta o piso salarial do Quadro de Pessoal do Ministério Público”. Exarou parecer favorável que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convocou a próxima reunião para o dia e horário de costume, agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual eu, Lyvia Mendes Corrêa, Chefe de Secretaria desta Comissão, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia. Sala de Reunião das Comissões, 9 de julho de 2019.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e dezenove, às treze horas, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do senhor Deputado Ricardo Alba, com amparo nos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos do Idoso, referente à 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes Deputados: Fabiano da Luz, Marlene Fengler, Romildo Titon, Sérgio Motta e Dr. Vicente Caropreso. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a reunião, agradeceu a presença do público, da imprensa e dos Deputados. Ato contínuo submeteu à apreciação a realização de uma Audiência Pública a ser realizada no dia vinte e cinco de abril às quatorze horas sobre os temas referentes a saúde do idoso, segurança pública voltada ao idoso e direito do idoso. O Presidente destacou a necessidade da presença de especialistas com o objetivo de contribuir com a comissão para que esta possa melhorar a qualidade de vida dos idosos, e requereu sugestões dos Deputados acerca de possíveis convidados. Recomendou também, a necessidade de se ouvir as demandas dos municípios e Comissões Municipais dos Idosos. Em seguida o Presidente abriu espaço para apreciação e discussão da proposta de acordo com a ordem de chegada, e passou a palavra ao senhor Deputado Fabiano da Luz que declarou concordância com a fala do Presidente. Em seguida, a Deputada Marlene Fengler também se colocou favorável à proposta e sugeriu a presença da Dra. Cibele Farias, Procuradora Geral do Ministério Público do Tribunal de Contas, para tratar de estudo que está sendo realizado por esta entidade correspondente aos equipamentos públicos em lares de pessoas idosas. Ainda sugeriu convite a ser feito em futuras audiências à entidade de Idosos de Tijucas por se tratar de estrutura organizada com participação do poder público como modelo a ser replicado. O senhor Presidente se manifestou de acordo, e ressaltou a importância do Convite à Dra. Cibele Farias. Em seguida o Deputado Romildo Titon, cumprimentou os presentes, e se manifestou favorável à Audiência Pública com sugestão de alteração da data e horário para dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezenove às dezoito horas. Em seguida o Presidente se manifestou a favor da proposta e passou a palavra ao Deputado Sérgio Motta, que ressaltou a importância de Políticas Públicas e inclusivas em favor dos Idosos para evitar depressão nesta parcela da população. Em seguida, o Deputado Dr. Vicente Caropreso cumprimentou os presentes e destacou a importância dos lares de idosos e da necessidade de que os cuidadores de idosos recebam treinamento e habilitação adequada. Destacou também a importância de exercícios físicos para oferecer qualidade à vida das pessoas idosas e a necessidade de profissionais habilitados em Educação Física nos postos de saúde. Ato contínuo, o Presidente sugeriu convite ao Professor Fábio Matos, Doutor em saúde Pública, pela Universidade Regional de Blumenau, para a Audiência Pública com objetivo de tratar sobre o Projeto Educa Permanente. O Deputado sugeriu também a realização de seminários regionais nos municípios em todo o estado para possibilitar diálogo com as Comissões Municipais de Idosos que, posto em discussão e votação foi de comum acordo. Em seguida, o Deputado Fabiano da Luz fez destaque sobre a

Universidade da terceira idade em parceria com a Unioesc, como exemplo a ser seguido por possuir aulas sobre temas relacionados a cuidados básicos de saúde e da vida de pessoas idosas, e sugeriu levar esta experiência para mais municípios. Em seguida o Presidente colocou em apreciação a deliberação sobre os Seminários regionais que foram aprovados por unanimidade. Ato contínuo o presidente retomou encaminhamento sobre a Audiência Pública a ser realizada no dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezenove, às dezoito horas que, posto em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Deputado Fabiano da Luz sugeriu envolver a escola do legislativo nos seminários regionais. A Deputada Marlene Fengler, Presidente da Escola do Legislativo, se pronunciou a favorável e declarou que a certificação provida pela escola pode facilitar a participação dos convidados. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, Juliana Elena Bassetti, Secretária da Comissão Permanente, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Ricardo Alba
Presidente

* * *

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às treze horas, na Sala de Reunião das Comissões, sob a Presidência do senhor Deputado Ricardo Alba, com amparo nos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos do Idoso, referente à 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes Deputados: **Deputado Romildo Titon, Deputado Sérgio Motta, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Dr. Vicente Caropreso** e justificada a ausência da **Deputada Marlene Fengler** através de Ofício nº 007/2019. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a reunião, agradeceu a presença de todos os presentes e, submeteu à apreciação a Ata da 1ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Na sequência, obedecendo à ordem do dia, conduziu a apresentação e discussão das datas e locais dos Seminários aprovados e registrados em ata na reunião anterior sobre "Políticas Públicas em favor do idoso e do Fundo Estadual do Idoso", com próxima data no dia vinte e oito de junho deste ano, na cidade de Chapecó, entre as treze e dezoito horas que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo o Presidente fez pontuações acerca da participação desta Comissão, palestrantes, entidades, Ministério Público, Ordem dos Advogados

do Brasil, profissionais da área médica, Comissão Municipal do Idoso e, da importância de prestar esclarecimentos nestes seminários sobre o Fundo Estadual do Idoso, objeto de decreto do governo do Estado. Na sequência, o senhor Presidente apresentou requerimento, de sua autoria, que dispõe sobre a realização da "Conferência Estadual do Idoso juntamente com os conselhos", a ser realizada com sede nesta Casa, na segunda quinzena do mês de setembro deste ano, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida o Presidente apresentou a matéria do **PL/0060.2/2019**, de autoria do Deputado Sérgio Mota, que institui a Semana Desportiva Dedicada ao Idoso. Exarou parecer favorável que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo o senhor Presidente saudou a iniciativa de realização dos Jogos Abertos da terceira idade em Gaspar, parabenizou o Governo do Estado pelo apoio e registrou a presença do atleta catarinense Alexandre Badotti. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, secretário da Comissão, Ricardo Almeida, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Ricardo Alba
Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Idoso

* * *

EXTRATOS

EXTRATO Nº 126/2019

REFERENTE: 1ª Publicação da Ata de Registro de Preço CL nº 001/2019-00 oriunda do Pregão Presencial CL nº 013/2019.

OBJETO: Contratação de empresa para confecção e fornecimento de porta certificados para atender a demanda da Gerência de Sessões Solenes e Especiais da ALESC.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (17/07/2019).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e demais normas contidas na referida Lei, com suas alterações posteriores, na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, na Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, nos Decretos Federais nº 7.892 de 23/01/2013 e nº 8.250 de 23/05/2014 e nos Atos da Mesa nº 101 de 14/02/2017; nº 128 de 27/02/2015 e nº 131 de 09/03/2016; bem como na Autorização Administrativa através do Processo Licitatório nº 29 de 05/06/2019, demais disposições legais aplicáveis e no disposto no Edital de Pregão Presencial nº 13 de 10/07/2019.

ITEM	QTDE.	UNID.	PRODUTOS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	SUBTOTAL (R\$)
1	1000.00	UN	PORTA CERTIFICADO NO FORMATO FECHADO, MEDINDO 33 CM DE LARGURA X 24,5 CM DE ALTURA, EM PAPEL RECICLADO 150 G, LAMINAÇÃO EM BOPP, CANTONEIRAS DOURADAS E FITAS NAS CORES VERDE E VERMELHA.	74,69	74.690,00
2	500.00	UN	PORTA CERTIFICADO NO FORMATO FECHADO, MEDINDO 44 CM DE LARGURA X 31 CM DE ALTURA, EM PAPEL RECICLADO 150 G, COM LAMINAÇÃO BOPP, CANTONEIRAS DOURADAS E FITAS NAS CORES VERDE E VERMELHA.	78,62	39.310,00
Valor Total					114.000,00

1ª REGISTRADA: Marialene Simioni de Lima Me
Endereço: Servidão Franzoni, nº 270, bairro Agrônômica, Florianópolis, SC, CEP: 88025-310
CNPJ/MF nº 72.354.533/0001-82
Florianópolis/SC, 23 de Julho de 2019
Neroci da Silva Raupp- Diretor- Geral
Pedro Antônio Cherem Filho- Diretor Administrativo
Marialene Simioni de Lima- Sócia

EXTRATO Nº 127/2019

REFERENTE: Contrato CL nº 034/2019-00, celebrado em 15/07/2019.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: MAFEZZO MARMORARIA LTDA - ME
CNPJ: 14.697.053/0001-18

OBJETO: Aquisição com instalação de móveis sob medida (mesa em granito, cuba), a serem instalados nas copas da nova unidade administrativa (1ª ao 8ª) andar.

VALOR GLOBAL: R\$ 34.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da CF de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Atos da

Mesa nº 101 de 14/02/2017; nº 128 de 27/02/2015 e nº 131 de 09/03/2016; Autorização para Processo Licitatório nº 20 de 03/04/2019 e; Edital de Pregão Presencial nº 012 de 26/06/2019.

Florianópolis/SC, 24 de Julho de 2019

Neroci da Silva Raupp- Diretor- Geral

Pedro Antônio Cherem Filho- Diretor Administrativo

Kaue Kalvelage- Sócio

* * *

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 0503.4/2019

Ofício CBVJ-Adm. 105/2019 Joinville, 12 de Julho de 2019.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, referente ao exercício de 2018.

Matheus Andreis Cadorin
Executivo

Lido no Expediente

Sessão de 17/07/19

Republicado por incorreção

* * *

PORTARIA**PORTARIA Nº 1857, de 25 de julho de 2019**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício de suas atribuições, com amparo no artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 101, de 14 de fevereiro de 2017, e o inciso I do art. 1º do Ato da Mesa nº 128, de 27 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor **HIRONILDO PEREIRA FILHO**, matrícula nº 9479, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Coordenador de Tesouraria, código PL/DAS-6, com fundamento no art. 45, incisos II e VIII da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, a realizar despesas sob o regime de adiantamento no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), para pagamento de diárias a deputados e servidores, por conta da Subação 1138 - Administração de Pessoal e Encargos, e Natureza de Despesa 33.90.14.14 - Diária Civil.
Neroci da Silva Raupp
Diretor-Geral

* * *

RESOLUÇÃO**RESOLUÇÃO Nº 005, DE 22 DE JULHO DE 2019**

Proposta de Emenda à Constituição Federal, a ser apresentada à Câmara dos Deputados, para o fim de estabelecer eleições gerais, fixando a duração de 5 (cinco) anos para os mandatos de cargos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo de todos os entes federados.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada a apresentação, à Câmara dos Deputados, de Proposta de Emenda à Constituição Federal, por iniciativa das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, constante do Anexo Único desta Resolução, nos termos do inciso III do art. 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 22 de julho junho de 2019.

Deputado **JULIO GARCIA**
Presidente

ANEXO ÚNICO**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Altera o § 1º do art. 27, o *caput* do art. 28, o inciso I do art. 29, o parágrafo único do art. 44, os §§ 1º e 2º do art. 46 e o art. 82 da Constituição Federal, para o fim de estabelecer eleições gerais, fixando a duração de 5 (cinco) anos para os cargos eletivos nos Poderes Executivo e Legislativo, para todos os entes federados.

Art. 1º O § 1º do art. 27 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27.

§ 1º Será de 5 (cinco) anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

....." (NR)

Art. 2º O *caput* do art. 28 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de 5 (cinco) anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá dia primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

....." (NR)

Art. 3º O inciso I do art. 29 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29.....

I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de 5 (cinco) anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

....." (NR)

Art. 4º O parágrafo único do art. 44 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 44.....

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de 5 (cinco) anos." (NR)

Art. 5º Os §§ 1º e 2º do art. 46 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 46

§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão 3 (três) Senadores, com mandato de 5 (cinco) anos.

§ 2º Cada Senador será eleito com 2 (dois) suplentes." (NR)

Art. 6º O art. 82 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 82. O mandato do Presidente da República é de 5 (cinco) anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição." (NR)

Art. 7º Disposição constitucional transitória regulará as regras para fazer coincidir todos os mandatos eletivos do País, permitindo eleições gerais, por intermédio de mandatos de 5 (cinco) anos para Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal, Prefeitos, Senadores, Deputados Federais, Estaduais e Vereadores.

Art. 8º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Esta Proposta de Emenda à Constituição Federal, por iniciativa de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, visa acrescentar à Carta Magna, a possibilidade da unificação das eleições para todos os entes federados.

Inicialmente, um dos vieses são a estabilização e harmonia no planejamento e execução das políticas públicas, ou seja, prefeitos, governadores e presidente, concomitante com as casas legislativas terão mais tempo e sem interrupção para desenvolver o País.

Por outro lado, encontra guarida na necessidade da economia do dinheiro público, vez que a unificação das eleições, o recurso investido será em 5 em 5 anos, não mais em 2 em 2 anos.

Neste sentido, só com o fundo especial de financiamento das eleições de 2018 terá uma economia de R\$ 1.7 bilhões, além do custo efetuado com a logística da Justiça Eleitoral (urnas eleitorais, juizes eleitorais etc.), que só na eleição de 2016 custou R\$ 600 milhões.

Ainda economizará nos impostos que o Estado deixa de receber referente ao horário eleitoral nas emissoras de rádio e televisão, que não sai de graça. Isso porque as empresas de comunicação têm direito a uma compensação fiscal por ceder o espaço ao horário eleitoral gratuito, ou seja, deixam de pagar impostos.

Neste prisma, as eleições de 2010 a 2016, a isenção fiscal custou R\$ 3,2 bilhões aos cofres públicos, valores atualizados pela inflação. E, na eleição de 2018 foi de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, números estes levantados pela Receita Federal.

Por fim, em tese, teremos uma maior coerência ideológica dos partidos políticos, além de brindar a soberania popular do voto, garantindo que o eleito cumpra com o mandato que lhe foi outorgado e não interrompendo-o para concorrer a outro cargo eletivo

* * *